EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA DO PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON MARACANAU

MANIFESTAÇÃO COMPLEMENTAR

PROCESSO Nº 25.06.0564.001.00020-301 CONSUMIDORA: KÁSSIA DOS SANTOS DE PAIVA FORNECEDORA: FACULDADE UNINASSAU

SER EDUCACIONAL S.A, mantenedora da **FACULDADE UNINASSAU**, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.986.320/0001-13, com sede na Av. Visconde de Rio Branco, nº 2.078, Joaquim Távora, Fortaleza - CE, CEP 60.055-171, vem, com o sempre merecido respeito e acatamento de estilo, por conduto de seus patronos que o presente subscreve apresentar considerações para a elucidação da **RECLAMAÇÃO**, movida por **KÁSSIA DOS SANTOS DE PAIVA**, expondo, para ao final requerer, o que faz nos seguintes termos:

I – DOS FATOS ALEGADOS

Trata-se de reclamação onde a consumidora informa que era aluna do curso de Pedagogia, na modalidade de Ensino a Distância (EAD), junto à Nassau, estando adimplente à época do trancamento do curso, ocorrido em janeiro de 2024, ocasião em que também efetuou o pagamento da multa contratual prevista para essa finalidade.

Relata que, a partir de abril de 2024, passou a receber cobranças indevidas de valores elevados. Diante disso, tentou contato com a instituição, por meio do portal online, nos meses de abril e maio, mas não obteve retorno satisfatório.

Em julho de 2024, dirigiu-se presencialmente à sede da universidade, sendo informada de que as cobranças seriam cessadas, recebendo, inclusive, e-mail com tal confirmação. Apesar disso, as cobranças continuaram,



com emissão de boletos em seu nome e cobranças semanais por meio do aplicativo WhatsApp, realizadas pela empresa Cobrafix, responsável pela gestão de cobranças da instituição de ensino.

Sem obter solução definitiva, procurou este órgão de defesa do consumidor visando a adoção de providências.

Diante do exposto, requer:

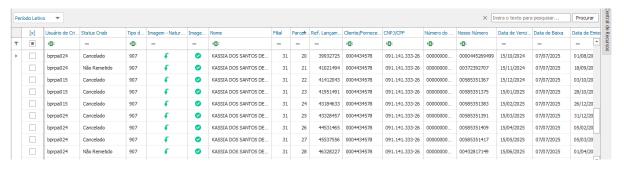
- A exclusão imediata de todos os boletos já emitidos indevidamente em seu nome;
- A cessação definitiva de quaisquer futuras cobranças relacionadas ao curso trancado.

II – DA REALIDADE FÁTICA E DO DIREITO

Inicialmente, a instituição reconhece o compromisso com a qualidade do atendimento aos seus alunos e o respeito às normas que regulam as relações de consumo, especialmente o Código de Defesa do Consumidor.

A IES esclarece que não há mais cobranças ativas em nome da consumidora, conforme se observa:







Frente tudo quanto exposto, nota-se que <u>há carência do</u> interesse de agir por parte da Reclamante, visto que houve a perda do <u>objeto</u> da reclamação.

Assim, notória é a falta de interesse processual, nos termos do art. 485, VI do CPC, que dispõe:

Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

 (\ldots)

VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual;

Diante disso, o <u>ARQUIVAMENTO</u> o do processo administrativo é medida que se impõe e desde já se requer, posto que a IES vem agindo nos termos do contrato celebrado entre as partes e cumprindo o que determina os regimentos internos.

Da perfunctória análise dos fatos conclui-se que inexiste qualquer ato ilícito por parte da Faculdade Maurício de Nassau, haja vista que os descontos pactuados estão sendo aplicados junto à mensalidade.

III - DO PEDIDO

Por tudo o quanto exposto, a peticionária requer que se dignem Vossa(s) Senhoria(s) de, uma vez considerando os argumentos da presente Defesa Escrita, determinar (em) o arquivamento do processo administrativo em epígrafe, visto que inexiste qualquer tipo de ingerência da Faculdade Maurício de Nassau quanto ao alegado.

Nestes termos, respeitosamente, Pede e espera deferimento.

Fortaleza/CE, 16 de junho de 2025.

Adenauer Moreira OAB/CE n° 16.029-A

Joyce Lima OAB/CE nº 10.591

Vanessa Araújo OAB/CE 20.107-A **Mariana Filizola** OAB/CE nº 24.857

Irana Magalhães



Rua Vicente Leite, 885 - altos 60170-150 del 55 85 3052.3052 fax 55 85 3052.3091 Meireles Fortaleza CE contato@limaemoreira.adv.br